



## SELEÇÃO PÚBLICA Nº 001/2022

### MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA

Ao

Ilmo. Sr. Arnaldo Quintão Bello de Oliveira Júnior

Diretor Presidente da Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais – Prevcom MG

**Ref.: Pedido de Esclarecimentos e Impugnação do Edital de Seleção Pública nº 001/2022**

Ilmo. Sr.,

Acusamos o recebimento do Pedido de Esclarecimentos e Impugnação ao Edital de Seleção Pública nº 001/2022, encaminhado para o e-mail [selecaoefpc@pjf.mg.gov.br](mailto:selecaoefpc@pjf.mg.gov.br), em 05 de maio de 2022.

A Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 12.204, de 28 de abril de 2022, tendo em vista o “**PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**” aviado pela **Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais – PREVCOM-MG**, em relação aos termos do Edital de Seleção Pública nº 001/2022, publicado no Diário Oficial do Município de Juiz de Fora em 30 de abril de 2022, a Comissão Especial designada pela Portaria nº 12.204, de 22 de abril de 2022, vem esclarecer e fazer os seguintes apontamentos:

#### **QUANTO AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS**

**A) Considerando que os gestores públicos estão submetidos ao Princípio da Legalidade e que, segundo a legalidade estrita, devem cumprir aquilo que a lei estabelece, a que Lei devemos nos referir para autorizar a “seleção pública” já que não encontramos a sua previsão legal?**

**R.:** Todo o processo de seleção guarda referência com Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001 (Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências), e com a Lei Complementar nº 109, também de 29 de maio 2001 (Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências), não havendo nos referidos diplomas legais qualquer indicação de aplicabilidade ou utilização de qualquer modalidade ou tipo de procedimento licitatório, não se podendo, portanto, falar em aplicabilidade da Lei Federal nº 8.666, de 1993 ou da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Oportuno lembrar, ainda, que o próprio art. 17, da Lei Municipal nº 14.276, de 08 de novembro de 2021, que “*Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Município de Juiz de Fora, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a adesão a plano de benefícios de previdência complementar e dá outras providências*”, é claro em estabelecer que a escolha da entidade de previdência responsável pela administração do Plano de Benefícios será precedida de processo seletivo.



## SELEÇÃO PÚBLICA Nº 001/2022

### MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA

Esse entendimento, aliás, é reforçado pela ATRICON – Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – através da Nota Técnica nº 001/2021, de 12 de abril de 2021, que, em suas conclusões, orienta o seguinte: “68. ***O objeto contratado não se enquadra na Lei de Licitações, mas guarda proximidade com a forma de contratação direta por inexigibilidade. Neste caso, as Leis Complementares 108 e 109, ambas de 2001, de fato, terão o condão de nortear a contratação, não havendo que se falar em processo licitatório, mas sim em processo de seleção, alicerçado nos princípios constitucionais de uma contratação pública, cujo resultado seja a escolha de entidade que demonstre conhecimento e capacidades para a gestão dos passivos e ativos do regime de previdência complementar.***” (grifo nosso)

#### **B) Por qual período as taxas de carregamento e ou taxa de administração deverão se manter após a contratação?**

**R.:** Inicialmente, cabe esclarecer que não se trata de um contrato e sim de um convênio. Vale lembrar que o convênio será celebrado com uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), sem fins lucrativos, nos termos do art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, salientando-se que o §1º do art. 17, da citada Lei Municipal nº 14.276, de 2021 estabelece, claramente, que a relação jurídica com a entidade será formalizada por convênio de adesão, com vigência por prazo indeterminado.

Logo, a taxa de administração e a taxa de carregamento são mecanismos que visam cobrir os gastos administrativos para gestão do plano de previdência complementar, desta forma sua definição está intimamente atrelada a esta questão, devendo sua eventual alteração, no curso da vigência do convênio, passar pelos procedimentos legais pelos quais a EFPC está submetida.

Vale lembrar que, nos termos do art. 18 e §1º, da Lei Municipal nº 14.276, de 2021, o Poder Executivo Municipal instituirá um Comitê de Assessoramento de Previdência Complementar (CAPC), ao qual a EFPC estará submetida, competindo ao CAPC acompanhar a gestão do plano de previdência complementar, os resultados do plano de benefícios, recomendar a transferência de gerenciamento, manifestar-se sobre alterações no regulamento do plano, além de outras atribuições e responsabilidades definidas em regulamento.

### **QUANTO À IMPUGNAÇÃO**

Nos termos do item 4.10, do Edital de Seleção Pública nº 001/2022, os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial, sendo a mesma aquela formalmente designada pela Portaria nº 12.204, de 22 de abril de 2022.

Em que pese a inexistência de regramento específico para tratar de impugnações referentes ao Edital Seleção Pública nº 001/2022, em observância ao dever de autotutela da Administração e do “*direito de petição*”, previsto no art. 5º, XXXIV da Constituição Federal de 1988, inicia-se a análise da petição.

Considerando que o procedimento de seleção pública para formalização de convênio com Entidade Fechada de Previdência Complementar para administração de plano de benefícios do Regime de Previdência Complementar, como antes se afirmou, guarda referência com Lei Complementar nº 108, de 2001, e com Lei Complementar nº 109, de 2001, não havendo nos referidos diplomas legais qualquer indicação de aplicabilidade de qualquer modalidade ou tipo de procedimento



## SELEÇÃO PÚBLICA Nº 001/2022

### MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA

licitatório, não se pode falar em aplicabilidade da Lei Federal nº 8.666, de 1993 ou da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Também vale lembrar que o próprio art. 17, da Lei Municipal nº 14.276, de 08 de novembro de 2021, que *“Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Município de Juiz de Fora, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a adesão a plano de benefícios de previdência complementar e dá outras providências”*, é de clareza solar em estabelecer a escolha da entidade de previdência responsável pela administração do Plano de Benefícios será precedida de processo seletivo.

Neste sentido, a ATRICON – Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – através da Nota Técnica nº 001/2021, de 12 de abril de 2021, em suas conclusões orienta que: ***“68. O objeto contratado não se enquadra na Lei de Licitações, mas guarda proximidade com a forma de contratação direta por inexigibilidade. Neste caso, as Leis Complementares 108 e 109, ambas de 2001, de fato, terão o condão de nortear a contratação, não havendo que se falar em processo licitatório, mas sim em processo de seleção, alicerçado nos princípios constitucionais de uma contratação pública, cujo resultado seja a escolha de entidade que demonstre conhecimento e capacidades para a gestão dos passivos e ativos do regime de previdência complementar.” (grifo nosso)***

Desta forma, não há que se falar em afronta aos ditames constitucionais estabelecidos no art. 37, inc. XXI, nem tão pouco aos regramentos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133, de 2021, já que o procedimento licitatório não é aplicável ao caso concreto, uma vez que seleção pública é peculiar.

Vale lembrar que o processo de seleção respeita, intimamente os princípios básicos da administração pública, em consonância com as orientações contidas na Nota Técnica nº 001/2021, de 12 de abril de 2021, da ATRICON, sinalizando aos Entes Públicos a necessidade de realização de processo de seleção pública que preserve os princípios básicos constitucionais e basilares da Lei Geral como a transparência, a economicidade, a eficiência e a publicidade.

Também não se pode falar em afronta aos princípios da igualdade ou da isonomia, já que a presente seleção pública oferta a todos os interessados a possibilidade de demonstração, através de critérios técnicos definidos de forma objetiva, da capacidade, experiência e vantajosidade em administrar o Regime de Previdência Complementar Municipal, definido na Lei nº 14.276, de 2021.

A vantajosidade não perpassa apenas pela verificação da menor taxa de administração e ou da menor taxa de carregamento, mas sim de uma série de informações capazes de conferir segurança e demonstrar a boa administração dos planos de benefícios, já que a meta principal da administração é trazer segurança para que o seu corpo de servidores possa optar por aportar recursos para uma um momento futuro com o conforto de uma renda mínima capaz de mitigar as suas necessidades e eventualmente do grupo familiar que depende de sua renda.

Deve-se lembrar, também, que a pontuação da taxa de administração e ou da taxa de carregamento representa fatia significativa da pontuação total, logo, a sua importância não está sendo relegada a um segundo plano.



## SELEÇÃO PÚBLICA Nº 001/2022

### MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA

Entretanto, conforme já dito não pode e não deve ser o único critério de escolha, já que a Administração Pública deve ser vigilante na verificação da boa administração com quem se deve conveniar.

Desta forma, não há que se falar em “privilégios” no presente processo de seleção pública, e sim “austeridade”, em um processo tão importante de escolha, que envolve o futuro de uma série de pessoas.

A própria Nota Técnica nº 001/2021, de 12 de abril de 2021, da ATRICON, reforça esse entendimento quando orienta:

*“59. A recomendação é que o **processo esteja minimamente instruído** com aspectos relevantes como:*

- avaliação do processo de governança e experiência técnica das entidades;*
- a comprovação da qualificação da diretoria e demais responsáveis pela gestão da*
- entidade;*
- o histórico de rentabilidade obtido nos planos de benefícios, a política de investimento*
- e o desempenho da EFPC;*
- a análise da estrutura de custeio da entidade;*
- os controles internos e processos de gestão de riscos da EFPC;*
- análise da economicidade da proposta escolhida, sendo o Ente capaz de comparar e simular as diferentes propostas apresentadas bem como solicitar que a EFPC torne transparentes todos os custos, inclusive o da gestão de ativos. “**(grifo nosso)**”*

Não demais lembrar que o Edital de Seleção Pública foi submetido à prévia apreciação da Assessoria Jurídica da Secretaria de Recursos Humanos, valendo citar o seguinte trecho do referido parecer, que deixa claro que o edital de seleção exigiu, com razoabilidade e impessoalidade, de forma técnica e criteriosa, documentação apta a comprovar que a entidade que vier a ser selecionada é aquela que, de fato, apresenta os requisitos de qualificação técnica e economicidade capazes de conferir ao ente público patrocinador e aos seus servidores garantias suficientes de que a gestão do plano de benefícios a ser ofertado será satisfatória. Confirma-se:

*“(…)*

*Verifica-se, mais, que o procedimento de seleção possui duas fases distintas, consistindo a primeira em habilitação e atribuição de pontuação às entidades proponentes, e a segunda, precedida de “cláusula de barreira” (7.1.1.6 do Edital), consistente em oportunizar às 05 (cinco) entidades melhores classificadas na 1ª fase que melhorem a sua oferta inicial do plano no que se refere à taxa de administração (item 2.2.2 - Anexo I), à taxa de carregamento (item 2.2.1 - Anexo I) e/ou aos benefícios de risco oferecidos (item 2.8 - Anexo I).*



## SELEÇÃO PÚBLICA Nº 001/2022

### MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA

Importante consignar que toda a documentação exigida e passível de atribuição de pontuação, nos termos da Proposta Técnica – Anexo I do Edital (histórico de rentabilidade do plano de benefícios; patrimônio - ativos sob gestão do plano; quantitativo de participantes – com variação anual; experiência na administração de plano que tenha como patrocinador ente público; taxa de carregamento; taxa de administração; necessidade de aporte inicial – se exigido, tem o condão de inabilitar a proposta, nos termos 7.1.1.2 do Edital, respeitado o disposto no art. 19, §1º, da Lei Municipal nº 14.276, de 2021; experiência dos membros da Diretoria Executiva em cargos de gerência em EFPC; existência na EFPC de auditoria interna, ouvidoria, canal de denúncias, manual de governança corporativa e selo de autorregulação; mecanismos de divulgação do plano de benefícios; canais e recursos para execução do Plano de Educação Previdenciária; benefícios de riscos ofertados, dentre outros) parece ter sido exigida **de forma técnica e criteriosa, com razoabilidade e impessoalidade, tudo visando à seleção da EFPC que realmente apresente os requisitos de qualificação técnica e economicidade que confirmam ao ente público patrocinador e aos seus servidores garantias bastantes de uma satisfatória gestão do plano de benefícios a ser ofertado**”.

Com os esclarecimentos e motivações acima, fica patente a insubsistência das razões de impugnação apresentadas, não restando outra medida senão negar-se provimento a IMPUGNAÇÃO apresentada, mantendo-se o Edital de Seleção Pública nº 001/2022 da forma em que se encontra publicado, dando-se regular prosseguimento ao processo de seleção.

Prefeitura de Juiz de Fora, 09 de maio de 2022.

**Alexei Von Randow Xavier**  
**Presidente da Comissão Especial**  
**Portaria nº 12.204/2022**



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 68E1-9704-5E89-AB59

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ALEXEI VON RANDOW XAVIER (CPF 805.XXX.XXX-53) em 09/05/2022 17:40:33 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/68E1-9704-5E89-AB59>